



## ASPECTOS DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E SUA IMPORTÂNCIA NA ARQUITETURA RURAL DO SUL DO ESPÍRITO SANTO

### ASPECTS OF LAND STRUCTURE AND ITS IMPORTANCE IN THE TERRITORIAL ARCHITECTURE OF THE SOUTH OF THE ESPÍRITO SANTO

**Ana Aparecida Barbosa Pereira**

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), UFJF  
Rua José Lourenço Kelmer, s/n  
Campus Universitário, Bairro São Pedro  
CEP: 36036-330 - Juiz de Fora – MG  
E-mail: arqanabarbosa@gmail.com

**Darlene Ap. de O. Ferreira**

Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE), Unesp  
Campus de Rio Claro  
Av. 24 A, 1515  
CEP 13506-900  
E-mail: darlene-ferreira@uol.com.br

#### Informações sobre o Artigo

Data de Recebimento:

03/2016

Data de Aprovação:

07/2016

#### Resumo

O entendimento do processo de ocupação do espaço rural, contempla a estrutura fundiária. O que contribui para o conhecimento das características de determinada arquitetura rural, pois estão estreitamente ligadas às condições de apropriação da terra, às dimensões da área e a cultura que congrega aquele que a ocupa e que a edifica. O clima, a exploração agrícola, a localização geográfica, compõem elementos que contribuem para o conhecimento das características da casa rural de origens diversas. Os núcleos

rurais que historicamente se constituíram no Brasil em diferentes regiões estão marcadamente vinculados à dimensão econômica e territorial da agricultura. A partir de pesquisa textual é possível conhecer as bases da estrutura fundiária brasileira na busca pela compreensão dos diferentes padrões da arquitetura, assim, como do sistema construtivo adotado em suas diversas regiões. A tradição em se cultivar a terra, a maneira como se relacionam os povos que nela trabalham e plantam, reflete diretamente na tipologia arquitetônica e no sistema construtivo do complexo agrícola que esses agricultores instalaram em suas propriedades rurais. Ao observar o sul do Espírito Santo, identifica-se de pronto, que a região historicamente se fez a partir da ocupação das fazendas de café que se expandiram do norte do Rio de Janeiro e sudoeste de Minas Gerais, assim como por imigrantes, suíços, alemães, e principalmente italianos que se fixaram naquele território. Eles trouxeram ao Espírito Santo a cultura do latifúndio e da exploração, da ocupação em vasta extensão das terras contribuindo para reforçar o sistema vigente, e implementar a pequena propriedade. Mesmo que tais complexos sejam distintos e não haja clareza de seus detalhes arquitetônicos, concluiu-se que a casa do senhor, a do escravo e a do imigrante, se fizeram com dimensões e padrões construtivos diferentes. A condição fundiária da terra e a maneira como ocorreu o seu cultivo contribuiu significativamente para o entendimento das condições e escolhas arquitetônicas adotadas e implementadas por diferentes grupos agrícolas.

**Palavras-chave:** Arquitetura; rural; ocupação da terra.

#### Abstract

The understanding of the rural occupation process, includes the land structure. The characteristics of rural architecture, are linked to the conditions of land ownership, the size of the area and the culture of its inhabitants. The climate, agriculture, geographical location, form elements to the knowledge of the rural house features of different regions. The rural settlements that have historically constituted in Brazil are markedly linked to economic and territorial dimension of agriculture. So from documentary research it is

possible to know the bases of the Brazilian agrarian structure in the search for understanding of different patterns of rural architecture, and building system adopted in its various locations. The tradition of cultivating the terr directly reflects the architectural style and construction system of the agricultural complex of rural properties. By observing the south of the Holy Spirit, it identifies the region historically made from the occupation of the coffee plantations which have expanded north of Rio de Janeiro and southwestern Minas Gerais, as well as immigrants, Swiss, German, and mostly Italians who settled in the region. These brought the State to landowners and the culture of exploitation, occupation vast territory helping to strengthen the current system and implement the smallholding. Even such complex and distinct, no clarity of its architectural details, it was understood that the house of the master, the slave and the immigrant, were made with different construction dimensions and patterns. The land condition of the land and the way was its cultivation significantly contributed to the understanding of the conditions and architectural choices adopted and implemented by different agricultural groups.

**Keywords:** Architecture; rural; land occupation.

---

Entender arquitetura e elementos que a constitui faz parte da relação direta da compreensão de sua lógica espacial. A utilização de rocha, terra e elementos de madeira em edificações é bastante antiga. Em ambientes rurais a utilização da madeira é recorrente. O tipo de atividade e sua escala de produção se relaciona intimamente na definição de tipologias arquitetônicas assim como os materiais utilizados nestes complexos rurais, atrelados a parâmetros culturais diversos.

Para se compreender a técnica construtiva empregada em edificações, é necessário conhecer as condições em que foi realizada. Em se tratando de complexos edificados em ambientes rurais cabe destacar o significado da arquitetura na região em que se insere e sua condição fundiária.

Para Cardoso (1975) o conceito de arquitetura contempla “o de espaço útil, limitado artificialmente e animado por uma arbitrária disposição de formas imitadas da natureza ou criadas pela imaginação”, para ele na arquitetura civil prevalece o gosto popular e coletivo, diferentemente das obras grandiosas como os monumentos religiosos. Há que se considerar o edifício “como uma figura de um campo definido e limitado”, onde é necessário conhecer a “estrutura interna desses campos, caracterizar esses domínios pelas suas diversas condições de natureza, de técnica ou de cultura, de definir os seus limites e de classificá-los”. Esta idéia de “campo” colocada por Cardoso (1975) evidencia o entendimento do objeto arquitetônico em sua totalidade, considerando todo o complexo que o constitui.

O clima, a exploração agrícola, a localização geográfica, compõem elementos que contribuem para o conhecimento das características da casa rural de regiões diversas. Os núcleos rurais que historicamente se constituíram no Brasil em diferentes regiões estão marcadamente vinculados à dimensão econômica e territorial da agricultura, como os engenhos de açúcar e as fazendas de café.

De acordo com Cardoso (1975) os engenhos eram compostos basicamente por casa-grande, engenho, senzala e capela. O autor agrupa a arquitetura rural em quatro grupos, adotando como critério a área construída, o tipo de planta baixa, as características entre volumes

diversos que compõem a arquitetura, o número de pavimentos, a relação entre cheios e vazios de cada construção, grau de detalhamento e requinte de acabamento construtivo utilizado.

Ou seja, Cardoso (1975) detalha cada grupo por ele definido evidenciando as características arquitetônicas e os vínculos a que elas estão estabelecidas. E nesse contexto destaca que a predileção por determinada apreciação estética pode dominar coletividades agrícolas. Ele destaca as características da arquitetura rural brasileira exemplificando a região do Alentejo em Portugal, onde as dependências em que se guarda as alfaías agrícolas, onde se faz o queijo, se amassa o pão, onde repousa os serviçais, os malteses e o gado, concebem um tipo de construção adaptada às grandes propriedades rurais, representando uma formação social semelhante aos latifúndios brasileiros. Esclarece-se que as características de determinada arquitetura rural estão estreitamente ligadas às condições de apropriação da terra, as dimensões de tal área e a cultura que congrega aquele que a ocupa e que a edifica.

Assim, ao se referir ao tradicional latifúndio brasileiro, onde a pequena propriedade se faz sobre suas bases, conforme nos esclarece Guimarães (1978), ou à pequena propriedade que surge com a imigração estrangeira no sul do Brasil e Espírito Santo, conforme aponta Petrone (1984), evidencia-se a caracterização arquitetônica distinta, apesar de não se excluir questões comuns. Tendo como referência a estrutura fundiária, pode-se analisar os condicionantes que definem determinada tipologia arquitetônica, e considerar que tal forma de construir pode ser inerente à origem social do proprietário da terra que a edifica conforme seu poder econômico, referência cultural, e dimensão da área rural. Esta questão traz junto de si, o tipo de agricultura que é adotada na propriedade como itens de influência significativa no padrão construtivo de suas dependências e complexo agrário.

Desta forma torna-se fundamental conhecer as bases da estrutura fundiária brasileira na busca pela compreensão dos diferentes padrões da arquitetura rural, assim, como do sistema construtivo adotado em suas diversas regiões. Ao observar o sul do Espírito Santo, identifica-se de pronto, que a região historicamente se fez a partir da ocupação das fazendas de café que se expandiram do norte do Rio de Janeiro e sudoeste de Minas Gerais, assim como por imigrantes, suíços, alemães, e principalmente italianos que se fixaram na região.

Apesar de a ocupação ter iniciado no litoral do Estado ainda no século XVI, ela não se expandiu para o interior nos primeiros séculos de colonização.

Como forma de defesa, para impedir a penetração no território das Minas Gerais, até fins do século XVII não houve interesse oficial em desenvolver e povoar o território compreendido entre o sul da Bahia e o norte do Rio de Janeiro, a estreita faixa de terra entre o mar e as montanhas, que constitui atualmente o estado do Espírito Santo (MUNIZ, 1997. p.29).

A abertura dos caminhos e a realização do povoamento das terras capixabas é resultado de esforços efetivados a partir de 1810, quando o território do Espírito Santo se tornou independente da Bahia, e passou a ter governo próprio, conforme afirma Oliveira (1975). A ocupação das terras no Espírito Santo ocorreu a partir das sesmarias, disso resulta uma formação

com bases no latifúndio, mas também, na pequena propriedade, já que “a imigração européia foi, sem dúvida, a solução mais eficaz para o povoamento das terras do Espírito Santo” como descreve Muniz (1997). Conhecer as características da estrutura agrária brasileira auxiliará o entendimento das características da arquitetura rural capixaba em período determinado da história de ocupação do sul do Espírito Santo.

A partir de Guimarães (1989) investigou-se a condição de formação do latifúndio no Brasil assim como o surgimento da pequena propriedade, tendo como destaque suas origens com os posseiros e intrusos assim como os agregados nas grandes fazendas. Este autor analisa os quatro séculos de latifúndio no Brasil, como luta das camadas empobrecidas na busca pela propriedade da terra; como processo histórico em que surge e se mantém o latifúndio; e como se estrutura a sociedade que permite a existência deste sistema de propriedade da terra.

Com Petrone (1984) evidenciou-se o papel dos imigrantes na formação e consolidação da pequena propriedade principalmente nos estados da região sul do país, Espírito Santo e São Paulo, onde é detalhada as diferentes motivações ao processo de incentivo e implementação das políticas de imigração, desde a efetivação de divisas territoriais do país até a demanda de braços ao trabalho na lavoura de café. Destacou-se a contribuição de Linhares (1981) no que se refere à questão da agricultura de subsistência evidenciando a produção de alimentos e o papel do camponês em sua relação direta com a propriedade rural. Ela discute ainda os condicionantes da produção alimentar no Brasil desde os primeiros momentos da colonização, elucidando os momentos de crise e abundância financeira da metrópole e suas conseqüências na agricultura brasileira, incluindo o período imperial.

De acordo com Petrone (1984) “italianos e outros imigrantes muitas vezes se contentavam com a possibilidade de adquirir um lote em fazenda de café abandonada, onde o esgotamento do solo impunha o retalhamento da terra”. O fazendeiro abria novas fazendas e mantinha a sua volta colonos que compravam as antigas terras com algum dinheiro adquirido em trabalho desenvolvido para o referido fazendeiro. Apesar de o latifúndio prevalecer com o avanço da imigração, que garantiu o seu fortalecimento, foi acompanhado ao longo do século XIX do crescimento da pequena propriedade com suas implicações sociais e econômicas.

Petrone (1984) ainda esclarece que “em São Paulo a pequena propriedade surgiu com objetivos diferentes do que nos outros estados e se integrou em realidade outra, transformando-se em elemento complementar do latifúndio.” Oferecer ao imigrante a possibilidade de aquisição da terra representava uma isca para atraí-lo, e tal sistema era necessário ser mantido de maneira a motivar o fluxo de imigrantes para São Paulo. Ou seja, nesse Estado a pequena propriedade era necessária para servir de “reservatório de braços com os quais o fazendeiro podia contar por ocasião da colheita”, com isso ocorria ainda uma valorização da pequena propriedade (PETRONE, 1984). E com o esgotamento do solo destas áreas o imigrante se dedicava à produção de hortigranjeiros, abastecendo assim as cidades e a fazenda.

Apesar desta importante função do imigrante, cabe destacar que

A colonização estrangeira no século XIX tem importante papel no processo de gestão da propriedade camponesa, todavia, muito mais importante que a do colono, nesse mesmo processo, a que este também mais tarde se incorpora, é a figura do posseiro ou intruso (...), que enfrenta, primeiro o poder latifundiário, desde tempos mais recuados, quando nenhuma lei o protege, nada senão sua própria audácia o ampara (GUIMARÃES, 1989. p.113).

O autor destaca que intrusos e posseiros representam os percussores da pequena propriedade. Inicialmente, conforme ele nos esclarece, as invasões aconteciam entre as sesmarias, em terras de ninguém, depois nelas próprias, quando abandonadas ou não cultivadas e posteriormente se direcionaram para as terras devolutas. Entretanto a posse nem sempre se voltava à formação de pequenas propriedades, uma vez que possibilitou ainda a configuração de inúmeros latifúndios.

Em 1822 com a abolição da sesmaria, ampliou-se a dificuldade de manutenção do latifúndio para o lavrador sem recursos. Contudo foram mantidas as doações públicas das terras que eram convertidas em latifúndio, mas ainda assim permaneceram as ocupações de lotes menores. Foi partir desse momento, conforme Guimarães (1989), que a posse da terra passou a ocorrer livremente, e a ocupação tomou importante posição diante das concessões do poder público. Linhares (1981) confirma as reflexões de Guimarães (1989) ao destacar que a fiscalização pública era deficiente e a posse da terra ocorria ainda com frequência.

Apesar de evidenciar a importância dos posseiros, intrusos e agregados, como pioneiros na constituição da pequena propriedade no Brasil, assim como, Petrone (1984), Guimarães (1989) entende que a colonização estrangeira constituiu a base da pequena e média propriedade no país. Nesse sentido considera-se relevante entender que a

Imigração e colonização foram temas sempre presentes no debate sobre o desenvolvimento econômico e social do Brasil a partir da vinda da corte de D. João, ou melhor, desde o decreto de 25 de novembro de 1808, que permitiu o acesso à propriedade fundiária a estrangeiros, antes reservada apenas aos naturais da Colônia ou do Reino (PETRONE, 1984).

Assim como Petrone (1984), Linhares (1981) ao se referir ao século XIX elucida que muito da produção que abasteceu o Rio de Janeiro, com a chegada da família real ao Brasil, veio do sul de Minas. A ligação mercantil entre tal região mineira e Rio de Janeiro “começa a alterar o quadro econômico e social que tenderá a se ampliar após a independência e a introdução, em larga escala, do café” (LINHARES, 1981).

A autora discute ainda de maneira objetiva as relações do que se cultivava na terra e suas implicações financeiras. Neste contexto apresentado por Linhares (1981), Petrone (1984) destaca Nova Friburgo no Rio de Janeiro, uma colônia de suíços fundada em 1818, e São Leopoldo de colonização alemã, na encosta da Serra Geral no Rio Grande do Sul, como sendo colônias pioneiras na formação da pequena propriedade no Brasil. No Espírito Santo, por exemplo, as colônias surgem posteriormente a estas.

Ao longo do século XIX, com inserção do conceito de mercantilização da terra no Brasil (GUIMARÃES, 1989) a pequena propriedade se expandiu, e ocorreu também o movimento

migratório entre as regiões brasileiras. Neste contexto cabe destacar que com a instauração da República no Brasil, os estados da federação ficaram responsáveis por suas políticas de colonização e imigração, e muitos deles não tinham condições financeiras para determinadas ações. São Paulo esteve à frente junto ao fluxo migratório, de maneira que no final dos anos de 1900, a administração da Nação precisou subsidiar o deslocamento da imigração para os Estados de São Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Espírito Santo (PETRONE, 1984).

A imigração européia trazia o fomento à pequena propriedade, e além disso

O imigrante europeu instalado em pequena propriedade, deveria constituir-se no agente modernizador e transformador da sociedade e da economia brasileira. Com experiências agrícolas e de criação de gado diferentes, com técnicas artesanais novas, com hábitos de vida outros que os das populações existentes, esperava-se que o imigrante contribuí-se para tirar o país da situação de atraso a que o sistema colonial o tinha relegado (PETRONE, 1984. p.18).

Esse ponto de vista pode não ser majoritário, entretanto ele nos indica evidências ainda no campo das idéias e da efetiva diferenciação que ocorre na forma de habitar e edificar ambientes rurais de pequena extensão, se comparados com aqueles da grande fazenda no Brasil, conforme pode se mostrar a partir da casa residencial do imigrante italiano, alemão, com a casa do brasileiro já radicado no país a partir da colonização portuguesa. A tradição em se cultivar a terra, a maneira como se relacionam os povos que nela trabalham e plantam, reflete diretamente na tipologia arquitetônica e no sistema construtivo do complexo agrícola que esses agricultores instalam em suas propriedades rurais, que a partir de

Espaços vazios, terras desocupadas, sem muito valor para as atividades econômicas hegemônicas, [eram] tornadas produtivas pelo pequeno proprietário e acessíveis pelo seu trabalho e infra-estrutura (PETRONE, 1984. p.20).

Os imigrantes direcionados para Espírito Santo, Santa Catarina, Paraná e Rio grande do Sul, foram desbravadores de terras ainda tomadas por densas matas, o que era completamente diferente da situação em São Paulo, onde o imigrante precisava se constituir como reserva de mão de obra para a Fazenda cafeeira.

Nesse contexto, Petrone (1984) discute sobre o retalhamento das fazendas velhas, e organização de loteamentos na Alta Paulista e na Alta Sorocabana pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, um desdobramento da Companhia Agrícola de Imigração e Colonização, com foco nos interesses capitalistas e fundiários de valorização da terra e obtenção de produtos para transportes, e abastecimento das fazendas e das áreas urbanas. De maneira geral, percebeu-se que a ação do imigrante tornou terras cultiváveis, tanto aquelas esgotadas como aquelas que foram desbravadas. Possibilitou a construção de estradas, pontes e infra-estrutura trazendo maior valorização às terras com custo baixo diante dos interesses fundiários.

Deste modo, percebeu-se como manifestaram os interesses capitalistas do processo de exploração das potencialidades trazidas pelos imigrantes europeus para o Brasil ao longo do século XIX. Aqui aconteceram diferentes fluxos migratórios no país, onde as especificidades

paulistas se destacaram diante de um universo em que o sistema de parceria não obteve sucesso e a exploração maior do imigrante se deu após a abolição da escravatura (PETRONE, 1984).

Entretanto, antes disto, cabe destacar que em uma ação de Alexandre Gusmão, que posteriormente serviu de modelo amplamente utilizado no sul do país.

As populações instaladas em pequenas propriedades serviriam como tampão contra os ataques dos espanhóis, de maneira mais segura. Assim a partir de 1747 foram dirigidos para o litoral de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul famílias recrutadas nos Açores (PETRONE, 1984. p.29).

E a partir desse período, com a política do Marquês de Pombal no Brasil, após o terremoto de Lisboa em 1755, foi facilitado o processo imigratório para o Brasil (DELSON, 1997), quando ocorreu a transferência de alemães, italianos, e poloneses para o Brasil. Desde então a imigração avançou com momentos e características diversas até o século XX. Contudo para Petrone (1984) “a valorização fundiária foi o objetivo constante em que a história da imigração durante o século XIX até as primeiras décadas do século XX”. Percebe-se que o processo envolvia aquisição de terra a baixo custo, para subdivisão em inúmeros lotes aos imigrantes, além de reserva de alguns lotes, na espera da valorização terra. Alimentava-se assim o processo de especulação da propriedade rural, principalmente nos estado de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná (1984).

Neste processo em entender o surgimento e a importância da pequena propriedade, tendo claro o papel dos posseiros e intrusos apresentados por Guimarães (1989), dos imigrantes europeus, amplamente discutidos por Petrone (1984), e Linhares (1981) que em suas análises discutiu a questão da “brecha camponesa” no sistema escravocrata, onde ampliou-se o papel dos escravos na formação da pequena propriedade a partir de sua contribuição na agricultura quando da criação de animais e cultivo da terra em roçado e terreiro cedidos pelos seus senhores.

Esta realidade revelou a estrutura de ocupação do espaço com dependências e sistemas sociais marcados pela forma de edificação do espaço, retratada pela arquitetura em condições diversas no Brasil. Nessa situação, escravos receberam terrenos para levantarem a própria casa e condições para mantê-la, além de área para quintais, pomares, e roça. Cada sítio tinha a forma de uma povoação, uma vez que diante dos senhores, os escravos se tornavam vizinhos (LINHARES, 1981). Em tais condições o sistema construtivo e as características das construções, nestes complexos, foram distintas, mesmo sem a clareza de seus detalhes, entendeu-se que a casa do senhor e a do escravo, se fizeram com dimensões e padrões construtivos diferentes. Tal condição da terra e de seu cultivo contribuiu significativamente para o entendimento das condições e escolhas arquitetônicas adotadas e implementadas por determinados grupos agrícolas.

Ao analisar a ocupação do sul do estado do Espírito Santo, observou-se a ampla diversidade de grupos que se instalaram na região. “Os colonizadores mineiros, tiveram suas posses de terras, concedidas pela portaria de 13 de março de 1822, da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino” (BRAVO, 1998) e representam a maioria absoluta dos migrantes brasileiros no Estado (KILL, 2005). Cabe lembrar que no início do século XIX, com a divergência na

demarcação das divisas entre Minas e Espírito Santo, parte da Região sudoeste do Espírito Santo, pertencia a Minas Gerais. Essa realidade de administração de terras reflete nas condições de ocupação da terra. Nesta região prevaleceu a ocorrência de fazendas de café e de gado, fundadas após declínio das catas auríferas em Minas.

Em outros municípios, da região sul do Espírito Santo, mantiveram-se as fazendas cafeeiras, mas com influência do Rio de Janeiro, representando a ampliação da ocupação do Vale do Paraíba, como é o caso de Mimoso do Sul e Muqui. Nas demais áreas prevaleceram a colônia e a pequena propriedade do imigrante europeu do século XIX e XX, que apesar de cultivar café, tinha como padrão construtivo para suas edificações referências distintas daqueles oriundos de outras regiões do Brasil.

Cabe destacar que a arquitetura é um fenômeno eminentemente cultural. E a mensuração das interações entre diversas influências tipológicas é complexa. Entretanto os aspectos de valores e modos de vida em um novo ambiente a ser edificado favorecem o entendimento entre as interligações culturais do grupo social que o constrói. Características construtivas próprias no Estado do Espírito Santo é resultado das especificidades de sua ocupação. A vinda de imigrantes europeus para o Estado foi

Decisiva para a adoção de novas formas de vida e de novas relações de trabalho, iniciando um processo de reformulação das mentalidades, o que reflete na paisagem e na arquitetura das zonas de colonização do Espírito Santo, em especial a casa rural (MUNIZ, 1997. p.22).

Por conseqüência de ataques indígenas, restrições de exploração aurífera, obstáculos geográficos, como montanhas ao sudoeste e áreas pantanosas junto o Rio Doce, a ocupação do interior do Estado foi tardia.

Após 275 anos de colonização, em 1810, índios ainda atacavam Carapina, a 10 km de Vitória, e, por isso, não havia agricultura no Estado a mais de 20 km do mar (KILL, 2005. p.27).

Kill (2005) ainda esclarece que, conforme já foi dito que diante do processo migratório no Espírito Santo, a contribuição dos mineiros é majoritária, e que no que se refere à imigração, foram os italianos os de maior número, chegando a 80%. E ao considerar a presença da imigração européia no Estado registra-se, atualmente, que mais da metade dos capixabas são descendentes de europeus (KILL, 2005). E essa ocupação partiu de áreas rurais.

Além dos italianos, os germânicos também tiveram importante contribuição na ocupação do Estado. Os alemães foram em menor número, pois tinham dificuldades com as normas brasileiras. No que se refere à divisão da terra como herança, eles não concordavam que fosse feita em partes iguais para os filhos. Para eles “segundo o costume trazido de suas terras, a propriedade passava, com os pais em vida, para o filho mais moço que, em contrapartida, se comprometia a sustentá-los” (MUNIZ, 1997). Esta não subdivisão da terra pelos alemães a inviabilizava economicamente, dentro da lógica da pequena produção, uma vez que

Nas colônias, o trabalho da lavoura era desenvolvido em cooperação entre os membros da família, dividido em tarefas entre os homens, as mulheres e as

crianças, em contraste com o sistema escravista brasileiro. Daí a importância do grande número de filhos (MUNIZ, 1997. p.43).

É visível a marca cultural do imigrante na paisagem e na sua arquitetura (MUNIZ, 1989). Muitos europeus, de tradição rural, distribuíram-se em colônias-famílias e permaneceram no campo até os dias atuais, cultivando produtos horti-fruti-granjeiros, e ainda o café. Muitos deles, como os germânicos ainda conservam em suas casas as tradições dos primeiros imigrantes.

As colônias de imigrantes, além de empreendimentos oficiais, também surgiram por iniciativas de particulares, que buscaram favores públicos para importação de mão de obra estrangeira. No Espírito Santo se destacou a Associação Colonial Rio Novo, de 1854, e a Colônia Nova Trento. Em Rio Novo metade dos lotes seguia o padrão de dimensão situado entre 30 e 25 hectares, enquanto a outra metade oscilava entre 15 e 10 hectares (POSENATO, 1997). O censo agrícola de 1950 revelou esta realidade, mostrando que quase 60% das propriedades do Estado mediam de 10 hectares a um máximo de 50 hectares, e 20% com um máximo de 100 hectares. Ou seja, o parcelamento fundiário praticamente conservou a feição original, assim como permaneceu o trabalho familiar, característica essencial das pequenas propriedades na produção.

Apesar da ocorrência do latifúndio no Espírito Santo, a presença da pequena propriedade foi expressiva, tendo em vista a ocupação ter sido majoritária no século XIX sob a ótica do sistema de colônias ao imigrante europeu. No estado, alguns imigrantes, principalmente italianos tiveram acesso às fazendas, mas a maioria deles se fixou a partir do trabalho familiar e da policultura. Assim,

Família numerosa significa[va] abundancia e fartura, pois mais braços estariam disponíveis para o trabalho, e mais poderia ser extraído da terra. Os filhos casados, até um certo número, não precisavam afastar-se da casa paterna, o que favorecia a unidade da família e não exigia dispersão de recursos para a instalação de um novo núcleo familiar (POSENATO, 1997. p.174).

A autoridade paterna era a referência, para o respeito e a ordem no grupo. A arquitetura fez-se como resultado de tal organização produtiva. De acordo com Posenato (1997) a construção do complexo agrícola contemplava uma casa ampla, com cozinha espaçosa para as refeições e convívio; a construção de abrigos para os animais domésticos e para os implementos agrícolas; depósito para os mantimentos e para o que for produzido no lote; edificações de edículas para as instalações domésticas de apoio e para os equipamentos de processamentos da produção; e ainda os espaços abertos ou cercados como terreiro, horta, pastagens, plantações.

É interessante destacar ainda que a partir de 1888 a entrada de imigrante no Espírito Santo foi dirigida para as fazendas, e muitos se mantiveram como meeiros, mantendo a organização dessas estruturas. Contudo, em algumas situações os fazendeiros estavam com dificuldades em substituir a mão de obra escrava, venderam suas fazendas a grupos de imigrantes. Muitas destas propriedades foram loteadas para pastagens e plantações, como é o exemplo da Fazenda Lavrinhas em Venda Nova do Imigrante (ES). Mas há registro de italianos que se tornaram fazendeiros, mantendo o sistema produtivo e de acúmulo de capital baseado no

latifúndio. No processo de ocupação da terra, ocorreu no Espírito Santo situação de apropriação de algumas propriedades de posseiros que ocupavam a terra a várias gerações, por usurpação, através da força bruta, por imigrantes europeus, que os mataram para ficar com a posse (POSENATO, 1997. p.290).

Conforme foi dito anteriormente o imigrante na condição de pequeno proprietário serviu de chamariz para a permanência do latifúndio cafeeiro, principalmente em São Paulo. No Espírito Santo a imigração não teve este mesmo papel, em situações de pequena propriedade, as colônias também se fizeram a partir do cultivo do café. Conforme Posenato (1997) após 1928 o estado do Espírito Santo se colocou como o terceiro maior produtor de café do Brasil, durante muitos anos, sendo que na atualidade é o segundo maior produtor do, sendo o principal produto da economia espírito-santense.

Neste universo de entendimento histórico do processo de ocupação do espaço rural, onde conhecer a estrutura fundiária auxilia no conhecimento da organização arquitetônica e do sistema construtivo das instalações agrárias, Posenato (1997) destaca que

Em comparação com a estrutura do lote colonial, à maior extensão territorial da fazenda corresponde um núcleo arquitetônico igualmente mais avantajado: a casa “grande” do proprietário e as casas dos empregados, e edificações destinadas à guarda dos equipamentos e colheitas, proporcionalmente maiores que aqueles das pequenas propriedades. Muitas vezes há instalações de porte para beneficiamento de produtos, especialmente o café (POSENATO, 1997. p.291).

Esta condição peculiar da formação e ocupação do território capixaba, onde há uma influência direta da cultura luso-brasileira com a européia, principalmente italiana e germânica, traz à região a apresentação de técnica e elementos construtivos de tais origens. Ao se referir à arquitetura dos italianos no Espírito Santo, Posenato (1997) afirma que ela “difere da arquitetura rural italiana, assim como da arquitetura da imigração italiana no sul do Brasil, mostrando ao mesmo tempo evidentes sinais de sua origem”.

O fato de a ocupação do sul do Espírito Santo ter fortes influências da estrutura agrária norte fluminense através da tradicional fazenda cafeeira do Vale do Paraíba, da cana de açúcar de Campos dos Goitacazes, assim como a expressiva presença de mineiros oriundos das regiões auríferas da área central de Minas Gerais, e dos cafeicultores do sul desse Estado, representa importante marco. Estes migrantes trouxeram ao Espírito Santo a cultura do latifúndio e da exploração, da ocupação em vasta extensão territorial. A eles se juntaram os imigrantes europeus com o propósito de reforçar o sistema latifundiário e implementar a pequena propriedade, que se constituiu em número expressivo e majoritário.

Esta condição de apropriação da terra traz, junto a construção do complexo rural edificado do Espírito Santo, a particularidade de um sistema estrutural de influência luso brasileira com a utilização da tipologia de apropriação da terra que lhe é peculiar, juntamente com as influências principalmente italianas, germânicas, que deixaram de ser como em sua origem, e passam a incorporar as influências do local onde se fizeram, mas sem perder sua identidade.

Assim acredita-se que o complexo arquitetônico do latifúndio é distinto daquele da pequena propriedade, resultando em elementos construtivos diferentes, uma vez que são consequência de um modo de edificar de culturas diversas, neste caso luso brasileiras, com italianas e germânicas, que produziram no Espírito Santo uma arquitetura com elementos diferentes e únicos se comparados com aqueles de onde seus construtores vieram.

## Referências

- CARDOSO, Joaquim. Um tipo de cada rural do Distrito Federal. In: **Arquitetura Civil II**. Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio e Artístico nacional. São Paulo: FAUUSP – MECIPHAN. 1975. 260p.
- DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil colônia**: planejamento espacial e social no século XVIII. Tradução de Fernando Vasconcelos Pinto. 1997. Brasília: Alva
- GUIMARÃES, Alberto Passos. Formação da pequena propriedade: intrusos e posseiros. In: **Quatro séculos de latifúndio**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989. p.105-119.
- KILL, Miguel A. **Terra capixaba**: geografia e história. Vitória: edição do autor. 2005. 92p.
- LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. A questão da agricultura de subsistência. **História da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Brasiliense. 1981. p. 117-136.
- MUNIZ, Maria Isabel Perini. **Cultura e arquitetura**: a casa rural do imigrante italiano no Espírito Santo. Vitória: EDUFES. 1997. 217p
- MUNIZ, Maria Isabel Perini. **Arquitetura rural do século XIX, no Espírito Santo**. Vitória, Aracruz Celulose - Fundação Jônice Tristão - rede gazeta - Xerox do Brasil, 1989 EDUFES. 1989. 217p.
- OLIVEIRA, José Teixeira. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo. 1975. 2ª Ed.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. O imigrante e a pequena propriedade no país dos latifúndios. In: **O imigrante e a pequena propriedade** (1824-1930). 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense. 1984. p. 7-37.
- \_\_\_\_\_. São Paulo: a pequena propriedade como isca para atrair imigrantes. In: **O imigrante e a pequena propriedade** (1824-1930). São Paulo: Brasiliense. 1984. 2ª Ed. p. 45-50.
- POSENATO, Julio. **Arquitetura da imigração italiana no Espírito Santo**. Porto Alegre Arte & Cultura. 1997. 560p.